

1. Metodologia do mapeamento legislativo no Congresso Nacional

As proposições legislativas disponíveis no site estão relacionadas aos temas do projeto. A seleção dessas proposições é resultado de um processo de levantamento elaborado a partir das etapas descritas a seguir.

Inicialmente, foram realizadas buscas a partir de palavras-chave com ferramenta tecnológica específica¹ que mantém interface com as bases de dados públicas das páginas de internet do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados², do Senado Federal³.

Nessa ferramenta, as buscas restringiram-se às proposições em tramitação e foi delimitada pelos seguintes tipos de proposta:

- Proposta de Emenda à Constituição (PEC);
- Projeto de Lei Complementar (PLP);
- Projeto de Lei (PL);
- Medida Provisória (MPV); e
- Projeto de Lei de Conversão (PLV).

O quadro abaixo relaciona as palavras-chave⁴ utilizadas à quantidade bruta de proposições resultantes da pesquisa na referida ferramenta tecnológica realizada no primeiro semestre de 2017.

¹ As buscas pela ferramenta tecnológica alcançam não apenas o texto das ementas das proposições, como ocorre quando da busca direta nas páginas de internet das casas legislativas federais, mas também os textos da íntegra das proposições e das respectivas justificativas. A ferramenta foi desenvolvida por assessoria de relações governamentais contratada especificamente para realização do levantamento legislativo.

² <http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada>

³ <http://www12.senado.leg.br/hpsenado>

⁴ As palavras-chave listadas incluem também a variação no plural

Financiado por



Patrocínio

Instituto C&A

FUNDAÇÃO
Lemann



Apoio

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Realização



FGV DIREITO SP

Quadro 1. Resultado bruto do mapeamento legislativo - nível federal

Palavra Chave	Quantidade de proposições - resultado bruto ⁵
CEBAS	28
Certificação	847
CONFAZ	39
Conselho Nacional de Política Fazendária	28
Decreto n. 8.726/2016	0
Desoneração	365
Desoneração fiscal	23
Desoneração tributária	54
Doação	490
<i>Endowments funds</i>	2
Entidades beneficentes	80
Filantropia (inclui filantrópico)	163
Fundação	543
Fundo patrimonial vinculado	0
Grandes fortunas	27
Herança	148
Imposto de Renda	1.074
Imposto Transmissão Causa Mortis e Doação	5
Imunidade tributária	51
Imunidade	248
Incentivo	1.738
Incentivo fiscal	162
Incentivo tributário	29
Instituição beneficente	2
Investimento social privado	0

⁵ O resultado bruto inclui as proposições apensadas e, por isso, aparecem em duplicidade.

Financiado por



Patrocínio

Instituto C&A



Apoio



Realização



Isenção	1.085
Isenção fiscal	32
Isenção tributária	51
ITCMD	5
Lei das Parcerias	7
Lei nº 13.019/2014	0
MROSC	0
ONG	62
Organizações da sociedade civil	127
Organizações da sociedade de interesse público	0
Organizações não governamentais	173
Organizações sociais	46
OSCIP	17
Renúncia fiscal	206
Renúncia tributária	11
Responsabilidade social	98
Responsabilidade social corporativa	4
Sem fins lucrativos	552
Simplex Social	0
Simplificação tributária	0
Sociedade Civil	567
Terceiro setor	40
Voluntariado (inclui voluntário)	407
TOTAL BRUTO	5.664

O resultado bruto é a soma das palavras-chave identificadas em proposições e, por isso, esse total inclui repetições: um projeto de lei pode mencionar mais de uma palavra-chave pesquisada. Dessa forma, das 5.664 proposituras foram excluídas: (i) as repetições, (ii) as proposições apensadas, considerando apenas a principal; e (iii) as arquivadas, que foram eventualmente captadas pela ferramenta. Em seguida, foi realizada pelo GIFE a

Financiado por



Patrocínio

Instituto C&A



Apoio



Realização



análise de mérito das proposituras restantes, sendo avaliada a pertinência temática da proposição com os temas do projeto.

I. ITCMD:

Imposto transmissão causa
mortis e doação
ITCMD
Herança
Grandes fortunas
CONFAZ
Conselho Nacional de Política
Fazendária

II. Doações de Pessoas Físicas:

Doação
Desoneração
Desoneração fiscal
Desoneração tributária
Isenção
Isenção fiscal
Isenção tributária
Imunidade
Imunidade tributária
Incentivo
Incentivo fiscal
Incentivo tributário
Renúncia fiscal
Renúncia tributária
Imposto de renda

III. Fundos Patrimoniais:

Endowments funds
Fundo patrimonial vinculado

IV. Organizações da sociedade civil
(OSC)

Voluntariado (inclui voluntário)
Terceiro setor
Sociedade Civil
Responsabilidade social
Responsabilidade social
corporativa
Investimento Social Privado
ONG
Organizações da sociedade civil
Organizações da sociedade de
interesse público
Organizações não
governamentais
Organizações Sociais
OSCIIP
Fundação
Filantropia
Entidades beneficentes
Instituição beneficiante
Sem fins lucrativos
CEBAS
Certificação
MROSC
Lei das Parcerias
Lei 13.019/14
Decreto n. 8.726/2016
Simple social
Simplificação tributária

Financiado por



União Europeia

Patrocínio

Instituto C&A

FUNDAÇÃO
Lemann



Apoio

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Realização



FGV DIREITO SP

2. Primeiros resultados

Foram selecionadas um total de 176 proposições, distribuídas da seguinte maneira:

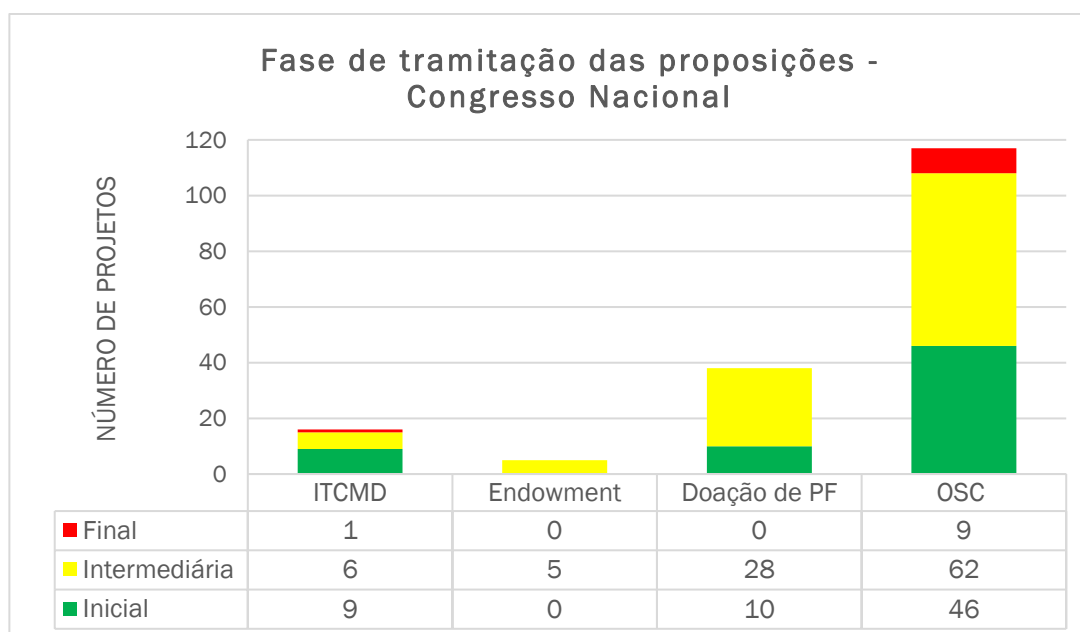
1. ITCMD: 16;
2. Doações de Pessoas Físicas: 38;
3. Fundos Patrimoniais: 5;
4. Organizações da sociedade civil: 117.

O caminho percorrido para seleção das proposições pode ser esquematicamente resumido no seguinte fluxograma:



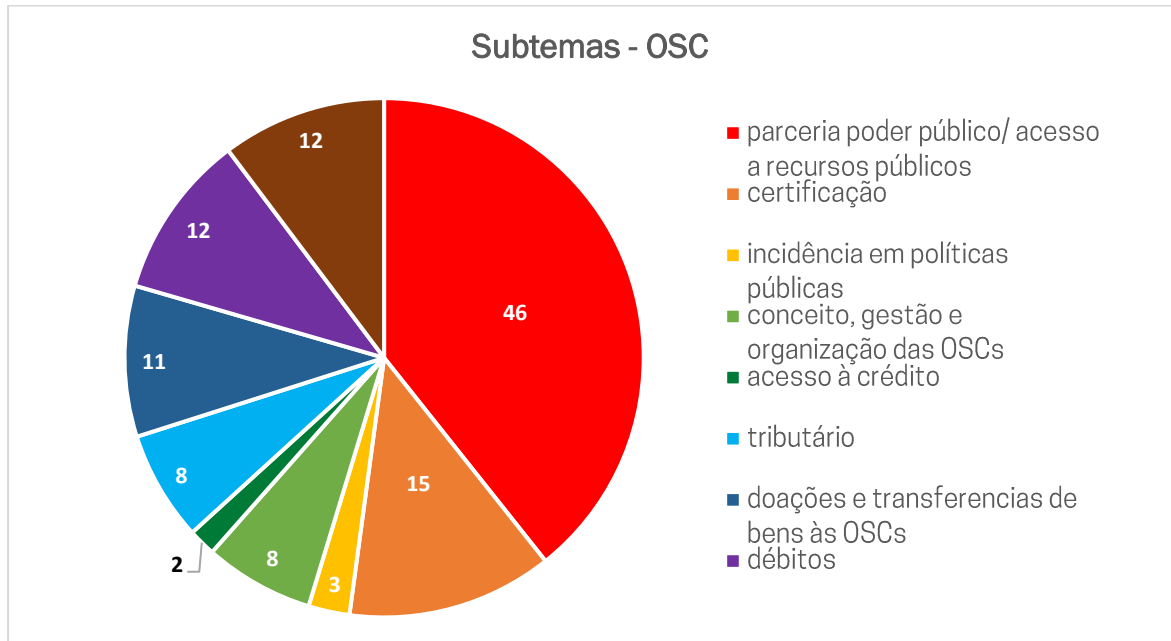
Por fim, as proposições foram classificadas conforme a fase de tramitação. Em linhas gerais, atribui-se diferentes pesos aos pontos de veto ultrapassados e aqueles a vencer

ao longo da tramitação das proposições pelas comissões (permanentes e temporárias) e pelo plenário das Casas Legislativas⁶. Assim, sinalizam-se na cor verde as matérias consideradas em sua fase final de tramitação; em amarelo, as propostas em fase intermediária de tramitação; e em verde as proposições no início de sua tramitação estimada.



As proposições referentes às OSC, em razão do número elevado, foram classificadas nos seguintes subtemas, conforme demonstra o gráfico abaixo: (i) acesso à crédito; (ii) certificação; (iii) conceito, gestão e organização das OSCs; (iv) débitos; (v) doações e transferências de bens às OSCs; (vi) incidência em políticas públicas; (vii) parceria com o poder público e acesso a recursos públicos; (viii) tributário e (ix) voluntariado.

⁶ É importante ressaltar que não são consideradas as proposições que podem ser rejeitadas em definitivo a qualquer tempo do processo legislativo.



3. Acompanhamento e atualização do mapeamento legislativo

A partir da realização desse primeiro levantamento, foi estabelecida uma rotina de monitoramento que inclui a checagem diária das novas proposições, as quais são analisadas e, caso se enquadrem nos temas do projeto, são incluídas na lista de monitoramento.

Em 31/08/2017, o total de proposições em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal identificadas pelo Gife relacionadas aos temas do projeto é de 175.

O mapeamento e acompanhamento legislativo é um processo constante e permanente. No início de cada legislatura, a busca por palavras chaves será realizada novamente a fim de aperfeiçoar o processo nos próximos anos.